

Presidente do SINTERGS faz esclarecimentos sobre a CGTB

O governo Lula vem tempo falando há muito tempo na **REFORMA SINDICAL**, onde um dos objetivos é regulamentar as **CENTRAIS SINDICAIS**, criando mais uma instância junto ao Ministério do Trabalho, para ser a interlocutora dos sindicatos, federações e confederações. Além disso, tinha que criar o imposto sindical compulsório para todos os trabalhadores brasileiros, inclusive servidores públicos, que até então pagam apenas a contribuição associativa facultativa, os sindicatos brasileiros que não estivessem alinhados a esta nova estrutura sindical, e estavam ameaçados de perder a carta sindical, especialmente na questão dos recursos oriundos da contribuição obrigatória, que passaram a ter a seguinte distribuição:

Centrais Sindicais	10%
FAT	5%
Confederações	15%
Federações	10%
Sindicatos	60%

A atual diretoria para atender as novas orientações, filiou-se novamente à FESSERGS que é vinculada a Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB), onde o presidente da FESSERGS, Sérgio Arnoud é o vice-presidente. Então, para ficarmos regularizados perante o Ministério do Trabalho, precisávamos apenas escolher uma Central Sindical que estivesse alinhada aos servidores públicos e que não tivesse vinculada a nenhum partido político.

Neste momento estávamos tratando de renovar a nossa Carta Sindical e o nosso registro junto ao Ministério do Trabalho, quando através do presidente do Sindicato dos Administradores, João Alberto Fernandes, Técnico Científico aposentado da SEDAI e organizador da CGTB- Central Geral dos Trabalhadores do Brasil no estado, convidou o presidente Cesar Pacheco Chagas, do SINTERGS, para uma reunião no Palácio do Planalto, com o Presidente Lula e a sua equipe econômica, para falar sobre a crise econômica mundial e sobre a reforma sindical. Naquela oportunidade estavam todas as principais lideranças sindicais e de outros segmentos do Brasil, onde foi apresentado o Presidente da CGTB Sr. Antonio Neto, do Sindicato de Processamento de Dados do Estado de São Paulo. Na oportunidade recebemos o convite para ingressar na CGTB e também colocou-se à disposição para regularizar a questão legal do SINTERGS pendente de solução há mais de sete anos. Neste mesmo dia fomos ao Ministério do Trabalho, junto ao Secretário Geral do Trabalho, Antonio Medeiros, que imediatamente chamou a sua equipe e determinou urgência ao processo do SINTERGS, conforme pedido da CGTB. A partir daí passamos a ter uma assessoria gratuita e permanente da CGTB em todas nossas questões naquele Ministério, inclusive já temos nosso cadastro totalmente atualizados (poucos sindicatos públicos do RS tem esta situação), bem como, já recebemos uma nova carta sindical atualizada.

O mais importante neste momento é que a CGTB, que já tem longa história na luta sindical e que sobreviveu por conta da contribuição dos sindicatos de São Paulo, não tem cor partidária, ou seja, seu comando é plural politicamente, diversas correntes políticas são representadas por seus dirigentes, nenhum partido político é dono da sigla, nem é preciso fidelidade a qualquer partido para fazer parte da CGTB, ainda no tocante a este aspecto, algumas lideranças de alguns Estados tem mandato político dos mais variados partidos, apesar deste pluralismo todo, o convívio entre diversas correntes

partidárias é pacífico e respeitador, voltando exclusivamente as questões de interesse dos trabalhadores brasileiros, sendo a CGTB uma das centrais sindicais mais respeitadas pela Presidência da República, pela sua grande representação nos Estados brasileiros.

A CGTB também estava desencadeando um processo de organização no Rio Grande do Sul, e passou a assumir as reivindicações dos trabalhadores públicos, colocando como prioridade nacional de luta, questões dos precatórios, previdência pública, aposentadoria entre outras, não podendo deixar de lado o fato que a CGTB foi uma das patrocinadoras e colaboradoras no Fórum Nacional dos Precatórios promovido pelo SINTERGS. O evento contou com grande sucesso, bem como, incluiu a direção do SINTERGS nos Congressos Internacional de Servidores Públicos, realizado em Brasília, onde levamos questões dos servidores do Rio Grande do Sul, que foram incluídas como pautas de lutas das Organizações Sindicais Mundiais, que estão defendendo nossos interesses no debate internacional.

Para completar este relato, no dia 08 de agosto de 2009, foi realizado o Congresso da CGTB para a instalação da filial do Rio Grande do Sul, com a presença de várias autoridades e 15 sindicatos, que elegeram por unanimidade o Presidente do SINTERGS Cesar Luis Pacheco Chagas o primeiro presidente da CGTB-RS e COMO diretores: Bonifácio de Bróbrio, Lucidio Avaloni Availa, Julio dos Santos Filho e Maria de Fátima de Abreu Tostes.

Os trabalhadores públicos vêm sendo assediados pelos dirigentes das centrais sindicais, porém, vimos que muitas centrais tem vínculos partidários e inclusive, são pré-condições para o ingresso em algumas delas, mesmo de forma indireta e discreta, mas a história mostra que algumas centrais estão tão distante dos servidores públicos, que em discussões na Assembleia Legislativa, alguns dirigentes manifestaram contra direitos dos servidores, sob alegação de consumirem orçamento público, diminuindo recursos para investimentos. Desde então várias entidades sindicais de servidores públicos estão procurando reforçar suas lutas com as centrais sindicais, onde a NCST (Nova Central Sindical dos Trabalhadores), UGT (União Geral dos Trabalhadores), CTB (Central dos Trabalhadores do Brasil) tem abrigado alguns sindicatos públicos gaúcho. Precisamos reforçar a luta dos servidores públicos, por isso, entendemos que unindo os trabalhadores públicos e da iniciativa privada, teremos a população ao lado dos servidores públicos, que certamente estarão em todos momentos em que o SINTERGS solicitar reforço em suas atividades, especialmente contra projetos que tiram direitos e que o governo submete a consulta a população para ter apoio dos Deputados Estaduais. Porém, não podemos esquecer que a população somos todos nós, de forma que os trabalhadores unidos não permitiram o desmonte do Estado. Peço a compreensão e o apoio de todos os colegas nesta importante decisão, ainda colocando-nos à disposição de todos que gostariam e mais informações, principalmente de como poderemos promover o crescimento da CGTB-RS em todo o Estado, na união de força em nosso Estado.

Movimento sindical é um movimento político de classe trabalhadora, nós trabalhadores precisamos buscar o poder político para sair desta situação de órfão político, onde vivemos um momento que não temos um político defendendo nossa categoria de servidores públicos na Assembleia Legislativa, pelo contrário, a maioria dos deputados estão na base aliada do governo, com ampla maioria, isto significa que a governadora não terá dificuldade em aprovar qualquer projeto do Executivo, mesmo que seja para retirar direitos dos servidores, como fizeram vergonhosamente, no final de 2008, na última sessão do Legislativo aprovaram o regime previdenciário que jogou aposentados e pensionistas do Executivo para o Fundo Previdenciário do IPERGS. O fundo sem fundo, entre outros projetos que lesaram o Executivo, enquanto é irrigado o salário dos

outros poderes, através de reajustes, sob alegação de estar compensando a Lei Britto as categorias que ficaram fora da Lei 10395 e 10420. Todos sindicalizados que estiverem capacitados e interessados em defender o serviço público e os servidores públicos, desde que comprometidos com a categoria e a entidade, poderão ter apoio político dos colegas numa candidatura classista, desde que aprovado pela categoria.

Depois do Decreto que proibiu a greve dos servidores públicos e da ordem para Brigada Militar dissolver movimentos de servidores na truculência, como foi usado contra os professores, além da manutenção do veto da governadora ao projeto que anistiava os dias da greve do magistério, onde professores deram aulas aos sábados para recuperar os dias paralisados e mesmo assim a Assembléia manteve o veto, por estarem cooptados pelo Executivo. Então o que nos resta a fazermos na República do Rio Grande do Sul. Os trabalhadores estão sendo exterminados pelo projeto neoliberal do Fernando Henrique Cardoso e seguido pela Governadora Yeda Crusius, nos resta como parcela do povo prejudicada e que tem o voto na mão, ter a grandeza a superioridade, deixando de lado questões pessoais e particulares e apoiar um projeto para mudarmos o Executivo e o Legislativo. Vamos refletir com muito cuidado sobre esta questão, examinem e reflitam sobre esta possibilidade, afinal, somente no serviço público são pouco mais de 700000 eleitores, não vamos continuar a margem do processo político, vítimas dos modelos gerenciais de Estado que os empresários desejam, para diminuir a participação do sacrifício deles em detrimento dos servidores públicos. Porque a dívida ativa do Estado de mais de 16 bilhões de ICMS não é cobrada, onde está a fiscalização tributária do Estado, porque não acabam com isenções fiscais e incentivos fiscais?. Os colegas precisam entender que o inimigo do servidor público é o governo e parte deste Legislativo submisso, os representantes sindicais estão para defender nossa categoria, que precisa se aliar ao seu sindicato e formar a grande força que temos para mudar a situação no momento certo, não adianta votar em candidatos cooptados que trabalharam para os neoliberais e depois cobrar desempenho do seu sindicato contra estes políticos. A arma da democracia é o voto, vamos tirar da Assembleia Legislativa os inimigos dos servidores públicos, vamos colocar candidatos comprometidos com o projeto dos trabalhadores.

César Chagas,
Presidente do Sintergs e da CGTB-RS